



A FEIRA DO APITO DE MINAÇU, GOIÁS: o espaço do encontro e da troca

Edson Batista da Silva

Universidade Estadual de Goiás

José Paulo Teixeira

Universidade Estadual de Goiás

Solange Cordeiro dos Santos Portilho

Universidade Estadual de Goiás

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a “Feira do Apito” de Minaçu, como espaço de encontro, de troca e de possibilidade de reprodução social do campesinato. Para atingi-lo foi realizada pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas com os camponeses-feirantes, com presidentes de organizações camponesas de Minaçu, assim como observação direta, a campo, com o uso de caderneta de campo e máquina fotográfica. Os resultados apontam que a “Feira do Apito” representa a possibilidade de encontro de ideias, de afetos e de angústias cotidianas. Assim como, de fortalecimento de laços de amizade, de reciprocidade, de troca de saberes, de experiências e de tessitura de alianças políticas. Além disso, como fruto da luta organizada do campesinato, a “Feira do Apito” permite a realização da mercadoria camponesa em condição menos subordinada, com menor apropriação da renda da terra pelo capital.

Palavras-chave: Camponeses-feirantes; Feiras livres; Renda da terra; Mercadoria camponesa.

THE FAIR OF WHISTLE IN MINAÇU, GOIÁS: the place of concurrence and exchange

Abstract

This paper analysis the “Fair of Whistle” in Minaçu as a place of concurrence, of exchange and of possibility of peasantry social reproduction. To reach these aims, it was necessary to conduct a bibliographic and field research, with the use of interviews with peasants-merchants, with presidents of peasant Minaçu organizations, as well as the use of direct field observation notes and camera. The results show that the “Fair Whistle” is the possibility of concurrence of minds, affections and everyday anxieties, as well as strengthening of friendship, reciprocity, exchange of knowledge, experience and texture of political alliances.

Moreover, as a result of the organized struggle of the peasantry, the "Fair Whistle" allows the realization of peasant merchandise in less subordinate condition, less appropriation of the land rent by the capital.

Keywords: Peasants-merchants; Fairs; Rent of the land; peasant commodity.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida na Universidade estadual de Goiás-campus de Minaçu. Parte do pressuposto teórico-metodológico de que no Brasil a expansão do capitalismo materializa o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado. Neste sentido, os camponeses são recriados no campo, tendo em vista atender as necessidades de reprodução do sistema capitalista, já que como afirma Luxemburgo (1985), o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se desenvolver. Portanto, o capitalismo recria aquilo que deveria destruir, todavia, neste processo os camponeses são subordinados ao capital, com a sujeição da renda da terra.

Esta contradição produz a luta política deste sujeito social, em busca de alternativa para evitar a proletarianização e garantir a permanência na terra. Desse modo, no bojo desta discussão, a pergunta fundamental que moveu a pesquisa foi analisar até que ponto a "Feira do Apito" em Minaçu, se constitui em espaço de encontro e de troca favorável ao campesinato? Como indagações secundárias, se elegeu os seguintes questionamentos: identificar se os sujeitos que realizam a "Feira do Apito" podem ser denominados de camponeses-feirantes? Assim como, apontar se a "Feira do Apito" foi resultado da luta organizada do campesinato contra a apropriação do resultado do seu trabalho?

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a "Feira do Apito" como espaço de encontro, de troca e como possibilidade de reprodução social do campesinato de Minaçu. Para atendê-lo se procedeu ao levantamento, leitura e fichamento de referências concernentes ao tema. Assim como pesquisa documental na Central de Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Minaçu (CAMPEAM), nos arquivos públicos da prefeitura municipal, além de levantamento de dados secundários na Secretaria de Gestão e Planejamento do estado de Goiás (SEGPLAN), especificamente no Instituto Mauro Borges (IMB).

Também se desenvolveu pesquisa de campo, com a realização de entrevistas, mediante formulário previamente elaborado. Estas foram aplicadas com cinquenta e sete camponeses-feirantes e com o presidente da CAMPEAM, para o levantamento de dados e informações acerca das características dos sujeitos que realizam a feira, a história de construção e organização atual dela, além da sua caracterização como espaço de encontro, troca e possibilidade de reprodução social do campesinato de Minaçu. Além do mais, se procedeu a observação direta, a campo, com o registro de informações, diálogos informais e imagens, em cadernetas de campo e máquina fotográfica. Os resultados da pesquisa foram tabulados e dispostos em gráficos, tabelas, quadros e imagens, assim como no próprio corpo do texto.

Quanto aos interlocutores, não se obteve autorização para a publicação de suas falas, além disso, foram adotados nomes fictícios, tendo em vista a preservação do anonimato e integridade deles. Na Figura 01, observa-se o espaço *lócus* da pesquisa, o município de Minaçu, que se localiza na latitude 13° 33' 49" Sul e na longitude 48° 13' 20" Oeste, sendo limítrofe com os municípios de Cavalcante-GO, Campinorte-GO, Montividiu do Norte-GO; Palmeiropolis-TO, Campinaçu-GO, Colinas do Sul-GO e Trombas-GO. O recorte espacial neste município se justificou pela necessidade de analisar a constituição da “Feira do Apito”, a partir da luta organizada dos camponeses minaçuenses. Já o recorte temporal, corresponde do ano de 1997 até o momento atual, período de formação e organização da “Feira do Apito.”



Figura 1. Minaçu - Localização do município no estado de Goiás-2013.

O artigo está organizado em quatro partes: na primeira parte há uma discussão teórica de campesinato e da característica e constituição histórica das feiras livres. Na segunda parte se analisam os sujeitos que realizam a feira, os camponeses-feirantes. Na terceira parte se versa sobre a “Feira do Apito”, como resultado da luta política organizada do campesinato, enquanto na quarta parte se discute a feira como espaço de encontro, troca e possibilidade de reprodução social do campesinato de Minaçu. Nesse ínterim, no próximo tópico se analisará os entendimentos de campesinato e da formação das feiras livres.

A feira e os camponeses-feirantes

Segundo Shanin (2005), entender o campesinato implica analisar o estabelecimento familiar camponês, pois o mesmo é o elemento fundamental de produção da vida social camponesa. Portanto, nele há características internas que

dizem muito do que é o camponês. No entanto, como os camponeses, por meio dos seus estabelecimentos desenvolvem relações com o mundo é importante verter a atenção para as relações que se dão para além dos limites da propriedade. Vergés (2011) afirma que isto permite desvelar os mecanismos de apropriação do trabalho camponês pelo capital. Isto porque a exploração deste sujeito social acontece por diversos caminhos, seja na aquisição de empréstimos do capital usurário, seja na compra de bens de consumo, de meios de produção, seja na venda da força de trabalho e das mercadorias produzidas.

Oliveira (2007), quanto à venda das mercadorias camponesas, esclarece que uma parte da produção é destinada ao autoconsumo, sendo apenas o excedente disponibilizado para a comercialização. Nesse processo, o movimento de circulação do capital, que na sua expressão simples se manifesta na fórmula D-M-D, e na expressão ampliada em D-M-D', na forma simples de circulação da produção camponesa se apresenta na fórmula M-D-M. Portanto, o campesinato transforma suas mercadorias em dinheiro, para adquirir no mercado aquilo que não consegue produzir na sua propriedade.

Nessa circulação simples, Martins (1981) declara que está em jogo a oportunidade de apropriação da renda da terra pelo capital. Por exemplo, no momento de realização da mercadoria camponesa, o capital enxerga a oportunidade de se apropriar da renda da terra. Para isso cria a dependência dos intermediários, aqueles que se colocam entre os camponeses e os consumidores. Vergés (2011) aponta que este sujeito social paga ao campesinato o custo de produção, mas no momento de realização da mercadoria realiza o preço de produção, ou seja, cobra o preço social médio do consumidor. Portanto, na realização da mercadoria o campesinato vê o resultado de seu trabalho sendo transferido para o capital global.

Desse modo, a luta do campesinato por mecanismos de comercialização direta é uma luta anticapitalista. Já que visa diminuir a monopolização dos territórios camponeses pelo capital. Vergés (2011) afirma ainda que o privilégio de alguns sujeitos sociais, de atuar na intermediação com a obtenção de lucros extraordinários, cria a lógica do monopólio de territórios camponeses, que pode ser mantido por mecanismos ideológicos, políticos, despóticos e paternalistas. Bem & Almeida (2011), destacam que a negação dos camponeses a formalidade do capital industrial, financeiro e comercial, instituído por meio de normas e regras, colocam em relevo formas de resistência destes sujeitos sociais a racionalidade hegemônica do capitalismo.

Desta forma, a transformação momentânea dos camponeses em camponeses-feirantes, ou seja, aquilo que se entende como adoção da função de negociador de seu produto, na relação direta com o consumidor se constitui numa estratégia política, de ampliação da apropriação do seu trabalho materializado na mercadoria. Evidente que o camponês-feirante estará sujeito à escala de produção e, por conseguinte, a oferta do produto na economia, além disso, está atrelado ao preço social médio e as leis do mercado. No entanto, busca uma linha de fuga do capital comercial, que implicaria numa maior transferência de renda da terra ao capital global.

Portanto, como declaram Bem & Almeida (2011) a fuga da venda do produto *in natura* e a busca de canais de comercialização direta, representa a diminuição da

exploração capitalista. Desse modo, não se deve cair em discursos legalistas, de sonegação de impostos ou de burla das regras sanitárias, as estratégias dos camponeses, de vendas por meio das feiras livres significa uma resistência política para permitir a reprodução social no campo.

Quanto às feiras, segundo Braudel (2009), para que as primeiras feiras urbanas ocorressem de uma a duas vezes por semana, foi preciso que o campo realizasse uma produção excedente e que pudesse destinar parte de sua mão-de-obra para a atividade de comercialização. Segundo o autor, as primeiras referências às feiras aparecem em meio ao comércio e às festividades religiosas. Com o tempo se tornam eventos realizados em local público, em dias predeterminados, em que os camponeses-feirantes e outros negociantes expunham e vendiam mercadorias. Portanto, torna-se um local de exposição (comercial, industrial, cultural, tecnológica ou recreativa), em que a diversão e a arte estavam presentes, por meio das piadas, dos risos e dos saraus de poesias. Ou seja, ela vai se constituindo como o espaço do encontro e da troca, seja de mercadorias, de saberes, de atitudes, de crenças, de valores e de expressões artísticas.

Braudel (2009) entende que a feira se constitui no centro de uma vida de relações. Nela tudo se vende, menos a virtude, a honra e a moral, pois na costura de relações de confiança entre os feirantes e os consumidores, a trapaça, a enganação, a atitude sorrateira garante vida curta aos primeiros. Portanto, nela se aprende a arte de comerciar. Ainda de acordo com este autor, nas feiras se encerra a atividade de consumo, que permite a retomada da produção. Também se ouvem nelas os ruídos da negociação, se manifesta a divisão social do trabalho e a condenação dos homens a troca. Além disso, permite aos camponeses o acesso ao mundo, o contato com os preços vigentes no mercado, que cria a libertação do monopólio da informação.

Associado a isso, Braudel (2009) relata a importância das feiras no renascimento comercial do século XIII, com o nascimento de cidades europeias a partir dos mercados centrais, que recebiam mercadorias de diversas localidades. Todavia, com o desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação, as cidades e, por conseguinte as feiras, passaram a estar ligados ao movimento do mundo. Nelas chegam objetos de lugares distantes, que escapam a produção local.

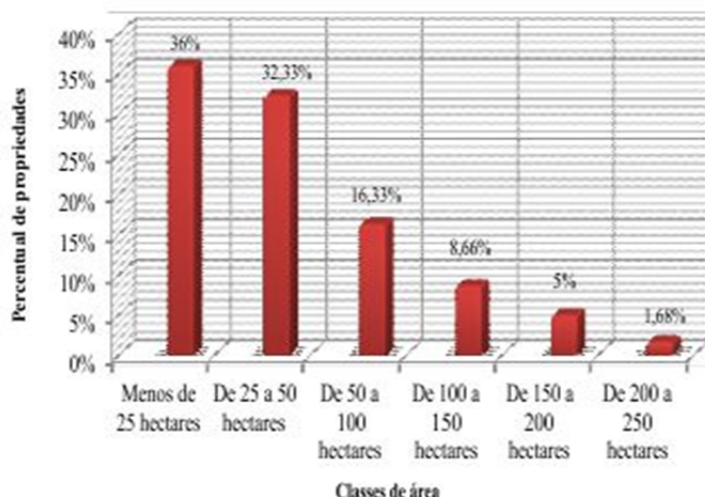
A importância das feiras para as economias locais se vincula a criação de uma zona de abastecimento. “[...] qualquer cidade importante exige uma zona de abastecimento de acordo com suas dimensões [...]” (BRAUDEL, 2009, p.25). O fato é que a ampliação das trocas vinculadas aos mercados locais propicia a criação de canais de comercialização direta, que implica em maior apropriação dos resultados do trabalho pelo campesinato.

Para os consumidores as feiras oferecem mercadorias a preços menores e com melhor qualidade. Desta forma, em acordo com Bem e Almeida (2011), as feiras livres estão vinculadas as estratégias políticas de resistência, muitas vezes informais do campesinato, para garantir sua reprodução social, além disso, são espaços de encontro e de troca. No bojo dessa discussão, no próximo item a discussão se vinculará para a caracterização dos camponeses-feirantes de Minaçu.

Os camponeses-feirantes de Minaçu

Nas entrevistas realizadas com cinquenta e sete camponeses-feirantes, foi possível constatar a dimensão das suas propriedades. Neste sentido, de acordo com o Gráfico 01, 36% deles tem propriedades de 25 hectares, 32,33% de 25 a 50 hectares, 16,33% de 50 a 100 hectares, 8,66% de 100 a 150 hectares, 5% de 150 a 200 hectares, enquanto somente 1,68% possuem áreas de 200 a 250 hectares. Na SEGPLAN/IMB (2013), se identificou que um módulo fiscal no município equivale a 50 hectares.

Gráfico 1. Minaçu – Feira do Apito – Dimensão em hectares das propriedades dos camponeses-feirantes.



Fonte: Pesquisa de campo-2013. **Organização:** PORTILHO (2013).

Desse modo, a Tabela 01 demonstra que as pequenas propriedades em Minaçu têm de 0 a 200 hectares, as médias de 200 a 750 hectares, enquanto as grandes propriedades equivalem a mais de 750 hectares. Portanto, Minaçu segue a lógica da estrutura fundiária brasileira, ou seja, as grandes propriedades, mesmo em menor quantidade ocupam a maior área do município.

Tabela 1. Município de Minaçu – Estado de Goiás – imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo os módulos fiscais – 2013.

Módulo Fiscal	Quantidade de Imóveis	Área em Hectares	
Tipos de Imóveis	Área Correspondente (ha)	Qtde de Imóveis	Área Ocupada (ha)
Pequena Propriedade	De 0 a 200	1.093	76.129,70
Média Propriedade	Mais de 200 a 750	187	67.453,50
Grande Propriedade	Mais de 750	44	96.103,10

Fonte: SEGPLAN/IMB/Goiás – 2013. Organização: SILVA (2013).

Todavia, o fato é que os dados evidenciam a coerência da denominação camponeses-feirantes, para aqueles que participam da “Feira do Apito.” Já que 98, 32% deles possuem pequenas propriedades, enquanto apenas 1,68% possuem médios estabelecimentos. Além disso, muitos deles já são aposentados, participam de outras feiras e utilizam outros canais de comercialização, como a venda de porta em porta, ou a domicilio.

Segundo Bem e Almeida (2011) estes mecanismos de comercialização representam a burla dos camponeses as normas e regras formais do capital. Trata-se de uma estratégia política de resistência à formalização expropriadora do capital industrial, comercial e financeiro. Nesse sentido, Raffestin (1993) declara que o poder normativo é uma forma eficiente de materialização do poder de determinados atores sintagmáticos. Portanto, a venda direta para o consumidor se constitui numa linha de fuga do capitalismo comercial.

Associado a isto, Oliveira (2007) também destaca que uma das características do campesinato é a diversificação da produção, por meio da policultura. Os camponeses-feirantes de Minaçu adotam essa prática em suas estratégias de reprodução social. Os dados da Tabela 02 comprovam esta prática nas propriedades dos camponeses-feirantes. Sendo assim, 34% deles plantam arroz, milho e feijão, 13,33% cultivam mandioca e banana e 9,35% hortifrutigranjeiros. A pecuária também é uma atividade significativa para 37% famílias camponesas, enquanto a apicultura e a piscicultura têm número pouco expressivo, correspondendo a apenas 4,33% do total da produção agropecuária respectivamente. Martins (1981) relata que está agricultura foi denominada desde o período colonial de “agricultura de pobre.” Ou seja, não recebeu atenção preponderante das políticas públicas e, por conseguinte, não esteve no rol das culturas destinadas à exportação, reificadas atualmente como *comodities*.

Tabela 2. Minaçu-Goiás – Feira do Apito: Produção Agropecuária dos Camponeses Feirantes.

Produção Agropecuária	
Criações de Animais	Percentuais
Bovinos, Suínos e Aves	37%
Piscicultura	3,33%
Total Criações de Animais:	40,33%
Culturas Agrícolas	Percentuais
Arroz, Milho e Feijão	34%
Mandioca e Bananas	13,33%
Verduras, Frutas e Legumes	9,35%
Produzem todos os itens acima	2,99%
Total Culturas Agrícolas	59,67%
Total Geral:	100%

Fonte: Dados Extraídos da Pesquisa de Campo - 2013. Organização: PORTILHO (2013).

Outro aspecto que reforça a denominação de camponeses-feirantes aqueles que desenvolvem a “Feira do Apito” é a adoção de práticas vinculadas ao saber intergeracional. Brandão (2009) denomina esse processo de “contra-

racionalidades” camponesas. Segundo ele o camponês ainda olha para o sol e ao mesmo tempo observa o relógio, subordina o calendário oficial as festas populares e estações do ano. Além disso, os ritos religiosos e costumes antigos ainda estão presentes, como no preparo do terreno para o plantio. Calaça (2010) destaca que no Cerrado a produção camponesa envolve conhecimentos e práticas agrícolas produzidas ao longo do tempo, transmitidas pelas gerações, como o caso das “sementes crioulas” e as práticas de trabalho coletivo de ajuda mútua.

Dessa forma, nas entrevistas realizadas foi constatado que os camponeses-feirantes de Minaçu adotam a rotação de culturas para recuperar o solo, escolhem a melhor lua para o plantio e a época correta para capinar a lavoura. Também respeitam aos dias de “santos”, em que não trabalham na propriedade. Na pecuária, adotam linhagens de rebanho que combinam variações genéticas de resistência às condições climáticas da região, as quais denominam como “gado vortado.” Também utilizam uma racionalidade própria no manejo da produção e na administração dos resultados.

Por exemplo, para a participação na “Feira do Apito” planejam a realização da colheita por etapas, desenvolvida semanalmente ou mensalmente. Além disso, levam em conta as épocas em que o produto tem maior valor no mercado. E a CAMPEAM reforça as práticas de ajuda mútua, como o mutirão e a troca de dias, no desenvolvimento das atividades produtivas nas propriedades camponesas. Segundo Bem & Almeida (2011) há uma racionalidade camponesa que difere da racionalidade capitalista, os camponeses reagem as apropriações da renda da terra pelo capital, tendo em vista sua reprodução social.

Vinculado a estas questões, a pesquisa de campo evidenciou também características do campesinato já identificadas por Santos (1984). Nesse sentido, os camponeses-feirantes destinam à produção as necessidades de autoconsumo e comercializam o excedente, buscam em determinados períodos do ano trabalho acessório, utilizam no período de maior intensificação das atividades na propriedade mão-de-obra temporária. Assim como mantém a propriedade camponesa com o uso preponderante de mão-de-obra familiar. Nesse ínterim, no próximo tópico a discussão será vertida para constituição histórica da “Feira do Apito”, como fruto da luta política do campesinato.

A “Feira do Apito”: a materialização da luta do campesinato

Segundo os relatos recolhidos na pesquisa de campo com os camponeses-feirantes, a denominação “Feira do Apito” se deve ao fato de que às dezessete horas de todas quartas feiras se aciona um apito que anuncia o seu início, momento em que começa a comercialização das mercadorias. A norma estabelecida no regimento da feira é de que nenhuma mercadoria pode ser comercializada antes de emitido o sinal. No entanto, os consumidores podem se aproximar das bancas e selecionar as mercadorias que lhes interessam.

Quanto ao processo de criação da feira, a pesquisa na CAMPEAM e na prefeitura municipal de Minaçu, com a análise do ofício nº 001/97, de 21 de Fevereiro de 1997, apontou que criação da “Feira do Apito” se deu após a cobrança do presidente da cooperativa, o Senhor (Sr.) Lázaro de Jesus, que solicitou a época ao prefeito municipal de Minaçu, o Sr. Cícero Romão Rodrigues um espaço para a

implantação de uma feira livre. Ela seria destinada somente aos produtores rurais do município e tinha o objetivo de atender as necessidades das famílias camponesas, que trabalhavam em suas propriedades, com o uso de mão-de-obra familiar.

Esta ação política se explicava pelo fato de que as famílias encontravam dificuldades de comercializar o excedente da produção de hortifrutigranjeiros, de frutas, de tubérculos e de produtos das criações animais e das culturas agrícolas, como: queijo, requeijão, farinha, polvilho e mandioca *in natura*, dentre outras mercadorias. Portanto, parafraseando Shanin (2005), nesse momento o campesinato de Minaçu se constituiu enquanto classe para si, na ação política direta de seus membros.

Em atendimento as cobranças deste ator político, a CAMPEAM, o prefeito enviou ao poder legislativo municipal o projeto de lei nº 1.232/98, que foi aprovado em 06 de Agosto de 1999, concedendo o uso da área situada na Avenida Cana Brava, no Setor Central, para a criação da “Feira do Apito”, tendo em vista a comercialização dos excedentes da produção camponesa. Sendo que no ato da aprovação da referida lei, era denominado camponês “pequeno” produtor somente aquele filiado a uma das associações vinculadas a CAMPEAM. Além disso, de acordo com o art. 3º da lei mencionada, o poder executivo ficava obrigado a cobrir as despesas com transportes dos produtos oriundo das propriedades camponesas, bem como fornecer maquinário para a preparação do solo, para o plantio e para a colheita das lavouras.

Nas entrevistas desenvolvidas com os camponeses-feirantes, foi constatada a fragilidade no cumprimento do referido artigo. Segundo os entrevistados, somente o transporte das mercadorias para a feira e a aragem do solo tem sido desenvolvido com alguma regularidade, em detrimento a atividade de plantio e colheita das lavouras. Contudo, não apenas a criação da “Feira do Apito”, mas a sua organização atual é fruto da ação política do campesinato. Segundo o seu Estatuto, a participação na feira está condicionada a integração a uma das associações vinculadas a CAMPEAM. E de acordo com os dados fornecidos por esta organização e apresentados no Quadro 01, há dezessete associações filiadas, que congregam duzentos e quarenta sócios. Entretanto, destes entre 133 a 160 camponeses participam da “Feira do Apito.”

Os camponeses associados à CAMPEAM representam a unidade da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato de Minaçu. Nesta central a desde camponeses atingidos pela barragem de Serra Mesa e Cana Brava, representados pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Carrapicho. Assim como os camponeses atendidos pelo programa de reforma agrária do governo federal, representados, por exemplo, pela Associação dos Assentamentos Mucambão e Céu Azul, até os camponeses das comunidades camponesas tradicionais, representados pela Associação dos Pequenos Produtores da Mata do Café e Descoberto. Portanto, como declara Grzybowski (1990), estes camponeses entenderam o nó da questão agrária. Ou seja, construíram a unidade da luta para o enfrentamento dos grupos dominantes, que desejam esvaziá-la e dividi-la.

Quadro 1. Minaçu - Feira do Apito - Quantidade de associações e sócios participantes da Feira- 2013.

Associações Vinculadas à CAMPEAM	Quantidade de Sócios
ASPROLAGE – Associação dos Pequenos Prod. Rurais do Lageado	19
CUP – Associação dos Assentamentos Mucambão e Céu Azul	10
PARA – Assoc. dos Pequenos Prod. Rurais da Região do Aeroporto	14
APRUMA – Assoc. Pequenos Prod. Rurais da Mata e Água Boa	09
ASPROBIA – Assoc. Peq. Produtores Rurais do Bom Jardim	09
ASPRAFADR – Assoc. Peq. Prod. Da Agricultura Familiar do Assentamento Dom Roriz	18
ASPROCOD – Assoc. Peq. Produtores Rurais Córrego Caiado	17
ASPROCOGE – Assoc. Peq. Prod. Rurais do Córrego Grande	15
AMPIM – Associação das Mulheres Prod. Inteligente de Minaçu	20
ASPROSANTOS – Assoc. Peq. Prod. Rurais da Região dos Santos	14
ASPRIMAVE – Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Mata Verde	10
APRUSEM – Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Serra da Mesa	13
APDR – Assoc. dos Pequenos Produtores Dom Roriz	11
AASENCA – Assoc. dos Peq. Prod. do Mucambo e Céu Azul	20
ASPRUCH – Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Região do Carrapicho	18
ASPRUDES – Assoc. Peq. Prod. Rurais da Mata do Café e Descoberto	11
ASPRUCAB – Assoc. dos Produtores Rurais de Cana Brava	12
Total de Sócios	240

Fonte: Estatuto da Feira do Apito-2013. Organização: PORTILHO (2013).

Ainda quanto à feira, como resultado da luta organizada do campesinato, o seu estatuto regulamenta que as associações filiadas têm noventa dias de carência para começar a realizar a feira, sendo que estas estipulam o mesmo prazo para seus associados. Há reuniões da CAMPEAM com a diretoria das associações de trinta em trinta dias e reuniões gerais, que congrega todos os seus membros, de noventa em noventa dias. O estatuto deixa claro que o feirante que se ausentar de duas reuniões consecutivas será notificado, o não comparecimento na próxima reunião implica em suspensão da participação na feira por quatro semanas. Na análise do referido documento, também se identificou que os camponeses-feirantes são orientados a desenvolver roças comunitárias, fazer reuniões e discussões sobre o processo de plantio e desenvolver ações coletivas de preparação da terra para a semeadura, manejo da lavoura e realização da colheita.

Na pesquisa de campo se constatou a ampliação do número de integrantes das associações vinculadas a CAMPEAM. Os camponeses-feirantes, mesmo com a

falta de mercadorias em determinados períodos, não desistem da feira. Com isso, pagam a taxa no valor de R\$ 2,00, que é destinada a quitação dos débitos da secretaria da organização, dos fiscais no valor de R\$ 25,00, e a remuneração dos auxiliares de serviços gerais, sendo o restante utilizado na compra de adubos e na composição de fundos utilizados pelos associados. Sendo que o débito das taxas acarreta na suspensão de participação na feira, ficando o retorno condicionado à desistência de algum associado, ou a criação de outra associação para se vincular a CAMPEAM.

Portanto, a CAMPEAM é o ator principal de organização da feira, estipula inclusive as normas que regem a sua realização, por meio do regimento interno. Desse modo, os camponeses-feirantes não podem vender e nem reservar em local específico às mercadorias antes do apito. Um camponês-feirante pode adquirir de outro um produto antes do início da feira. Todavia, o pagamento acontece apenas após o sinal permitindo a comercialização. Além disso, como se nota na Figura 02, todos os feirantes devem utilizar crachás de identificação, jaleco e gorros brancos da associação a qual estão vinculados. A não utilização acarreta no pagamento de uma multa de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente.

Além do mais, os produtos dispostos nas bancas, principalmente aqueles oriundos da indústria artesanal camponesa, como: doces, bolos, queijos e requeijões devem conter rótulo, com data de fabricação e prazo de validade. Também devem constar neles o nome da propriedade do camponês-feirante, da associação a qual pertence, sendo que as mercadorias devem ser embaladas em sacos plásticos transparentes. Além disso, na “Feira do Apito” não há filas, embora nas bancas de verduras os consumidores disputem espaço, para escolher o melhor pé de alface, o melhor mol de couve, ou de cebolinha. Isso se explica porque os hortifrutigranjeiros provenientes do CEASA, que são vendidos nos supermercados, nas frutarias e nos verdurões do centro urbano de Minaçu, contêm estragos da longa viagem e, também rapidamente são adquiridos, principalmente os de qualidade superior.



Figura 2. Minaçu – Feira do Apito – Camponeses-feirantes uniformizados.
Fonte: PORTILHO (2013).

A organização para o início da “Feira do Apito” ocorre a partir das 14hs, em que carros, camionetes e caminhões chegam com os camponeses-feirantes e suas mercadorias. Nesse momento iniciam a organização das mercadorias na banca. Para facilitar o descarregamento os veículos são estacionados dentro do espaço da feira, o que é proibido aos veículos dos consumidores. Aos poucos a feira apresenta seus aromas e cheiros irradiados das frutas, das verduras, dos legumes, dos salgados, dos bolos e dos espetinhos.

O fato é que a criação e organização da “Feira do Apito”, como fruto da luta política organizada do campesinato reforça a tese de Shanin (2005), de que este sujeito social é um ator político, uma classe. Entretanto, Martins (1981) declara que no Brasil, historicamente os camponeses não foram chamados para o diálogo, apareceram nas políticas socialistas tutelados, subalternizados, conduzidos por uma vanguarda capaz de decidir por todos. Desse modo, concorda-se com Vergés (2011), ao contrário do que desejam os proletaristas, os camponeses lutam pela sua existência como classe. Portanto, a construção de outro modelo de sociedade passa pelo respeito à diferença entre os sujeitos sociais explorados, não pela imposição de determinados interesses de classe. Nesse contexto, no próximo momento a reflexão se vinculará a “Feira do Apito” como espaço de encontro, de troca e enquanto possibilidade de reprodução social do campesinato.

A “Feira do Apito”: espaço de encontro, de troca e de possibilidade de reprodução social do campesinato

A “Feira do Apito” se constitui num espaço de encontro, não somente da corporeidade dos sujeitos que a frequentam, mas das ideias, dos afetos e das angústias que afligem o cotidiano. Constitui-se como possibilidade de fortalecimento de laços de amizade, de reciprocidade, de troca de saberes, de experiências e de tessitura de alianças políticas. Desse modo, se apresenta na contramão da lógica hegemônica atual. Santos (1996) afirma que vivemos o imperativo da técnica, em que a adoção dos objetos é mediada por uma psicosfera. Portanto, os objetos dominam cada vez mais os seres humanos, funcionam como mecanismo de fuga da angústia e do tédio, assim como viés de instalação do acontecer hierárquico.

O fato é que na “Feira do Apito” há um frenesi constante. São consumidores que circulam de um lado para o outro, param em determinados momentos para saudar um velho amigo, ou trocar “dois dedos de prosa.” São camponeses-feirantes que atualizam assuntos vinculados aos seus interesses político-econômicos. Portanto, a comunicação se estabelece e, por conseguinte, a educação informal. Nela se materializa o encontro e a troca, de acordo com Moraes e Araújo, (2006, p. 267).

Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas da

vida cotidiana. Dessa maneira, a *feira* se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais [...].

Na “Feira do Apito” a jocosidade, a performance oral se manifesta nos camponeses-feirantes, que alardeiam promoções e anunciam mercadorias, logo respondidos por outros, que por meio de discursos criativos tentam convencer o consumidor. As compras, as permutas são movidas a muita “pechincha”, na luta pela obtenção do melhor preço. Nela há a retomada da memória coletiva, com a rememoração das formas de se realizar a vida em outros períodos. Além disso, os sujeitos partilham experiências de vida e de trabalho. Destas conversas, pode surgir a percepção das diferenças, que acarreta na compreensão da unidade na diversidade, que cria possibilidades de transgredir o espaço instituído. Santos (1996) acredita que nos lugares, nas relações horizontalizadas, na proximidade dos sujeitos precarizados, que vivenciam a experiência da escassez está o caminho para a transformação social.

Contudo, a “Feira do Apito” também é o espaço da troca, de realização da circulação simples da mercadoria. Os camponeses-feirantes concorrem entre si pelo consumidor. Entretanto, essa concorrência é mediada pela ordem moral camponesa. Por exemplo, um camponês-feirante “espertalhão”, que adota práticas que destoam da moral vigente, logo é denunciado pelos demais. Foi constatado na pesquisa de campo, que os camponeses-feirantes têm preocupação com a qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores. Com isso, os últimos desenvolvem relações de confiança com os camponeses-feirantes, por confiarem na mercadoria oferecida e no tempo da relação estabelecida entre vendedor/consumidor.

Os camponeses-feirantes de Minaçu produzem todas as mercadorias ofertadas na feira, sendo estas o excedente das atividades realizadas em suas propriedades. Com o dinheiro obtido com a venda podem comprar aquilo que não conseguem produzir, mas que são necessários ao seu consumo individual e produtivo. Desse modo, os produtos ofertados é o resultado da materialização do trabalho familiar camponês na terra. Na Figura 03, nota-se a comercialização de quitandas, com produtos típicos da culinária camponesa, como: petas, mané pelado, roscas, biscoitos de queijo, bolos de arroz e pães caseiros. A fabricação é realizada pela Senhora (Sr^a). Deraniz, que além das quitandas, produz diversos tipos de doces e salgados. Sendo que o seu esposo, o Senhor (Sr.) Sebastião a auxilia nas vendas.

Na pesquisa de campo se constatou que os produtos da indústria artesanal camponesa permite a obtenção de melhores rendimentos aos camponeses-feirantes. Nela eles buscam melhorar o preço do produto comercializado, com a fuga do *in natura*. Sendo que o processo de transformação artesanal ocorre dentro dos limites da produção camponesa, que sofre com a precariedade das políticas públicas, principalmente aquelas vinculadas à logística de transporte, armazenamento e industrialização da produção. Além disso, sua fabricação envolve conhecimentos intergeracionais, transmitidos dos mais velhos para os mais jovens. Na Figura 3, observa-se outros produtos desta indústria artesanal.



Figura 3. Minaçu – Feira do Apito – Quitandas produzidas por família camponesa.
Fonte: PORTILHO, Solange. C. S. 2013.

No caso em tela, trata-se de produtos derivados do leite, fornecido pela ordenha do rebanho bovino. Nesta atividade, na divisão interna do trabalho na família camponesa a ordenha das vacas fica geralmente sob a responsabilidade dos homens, enquanto a fabricação de queijos de trança, de queijos frescos, de requeijões e de doces é função que cabe às mulheres. Já pela identificação da Figura 04, observa-se a “gueiroba” cortada, já pronta para o cozimento e a pele de porco torrada, já preparada para degustação. Assim como a comercialização de cocada, muitas vezes produzidas pela mistura do leite com a castanha do coco de “gueiroba.” Bem & Almeida (2011) relatam que a indústria doméstica camponesa representa a estratégia política do campesinato contra a sujeição da renda da terra ao capital, além da luta pela permanência na terra.

Na “Feira do Apito”, os camponeses-feirantes também vendem mercadorias *in natura*, resultantes da prática da policultura, desenvolvida em suas propriedades. Além delas, há a venda de mercadorias resultantes das criações animais, como: frangos, galinhas e porcos. Associado a isso, há entre os camponeses-feirantes práticas extrativistas do Cerrado. Segundo Silva & Queiroz (2012), devido à convivência histórica com este bioma, há em Minaçu camponeses extrativistas, que se apropriam de espécies para a produção de doces, sucos, compotas e vendas da fruta *in natura*. Neste sentido, estes sujeitos sociais têm uma lógica de uso e apropriação do Cerrado contraposta aquela do agronegócio, vinculada à destruição para implantação de monocultivos.



Figura 4 – Minaçu – Feira do Apito – produtos da indústria doméstica camponesa.
Fonte: PORTILHO (2013).

Na Figura 5, percebe-se a venda de Ingá, Mangaba, Cajuzinho do Cerrado e Pequi. Segundo os camponeses-feirantes, as frutas do Cerrado possuem valores superiores, tanto pela qualidade, quanto pela escassez de oferta na feira, principalmente nos períodos da entressafra. A representatividade da “Feira do Apito” para a economia de Minaçu é evidente, principalmente pela presença da empresa de mineração SAMA e pela territorialização do capital hidroenergético (Usina Serra da Mesa e Usina de Cana Brava).

Como Minaçu dista 530 km da capital de Goiás - Goiânia, os custos da aquisição de produtos hortifrutigranjeiros vindos unicamente da Central de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA), e de mercadorias vindas de outros centros atacadistas onerariam os custos da cesta básica, que traria consequências no salário do operariado do município e, por conseguinte, na ampliação dos custos de produção para a burguesia.

Na Figura 6, percebe-se a intensa presença de consumidores na referida feira, mesmo que realizada em horário de trabalho. Desse modo, como relata Vergés (2011), as feiras fortalecem a reprodução do capital global, na medida em que proporciona o rebaixamento dos custos de reprodução do capital industrial, financeiro e comercial urbano, com a diminuição dos dispêndios com capital variável. Todavia, também permite ao campesinato a fuga do intermediário, que compra a mercadoria pelo custo de produção e a comercializa pelo preço de produção.



Figura 5 – Minaçu – Feira do Apito – Comercialização de frutas do Cerrado.
Fonte: PORTILHO (2013).



Figura 6 - Minaçu- Feira do Apito- A Feira como espaço de troca.
Fonte: PORTILHO (2013).

De acordo com o relato dos camponeses-feirantes, o mês que proporciona os melhores rendimentos é Dezembro, porque nele os consumidores recebem familiares em suas residências, sendo que também há as comemorações do natal e do ano novo. Com os documentos e dados fornecidos pela CAMPEAM, foi possível elaborar a Tabela 3, que demonstra a quantidade de mercadorias produzidas e vendidas pelos camponeses-feirantes na “Feira do Apito”, além da renda obtida com a comercialização.

Nesta tabela percebe-se que no mês de Outubro de 2013 os camponeses-feirantes obtiveram uma renda individual de R\$ 11.614,00. Contudo, na verdade, segundo o presidente da CAMPEAM este valor era correspondente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro. Segundo o referido presidente, o Senhor (Sr.)

Jerônimo Barros, a renda obtida por feira é de aproximadamente R\$ 25.000,00, o que acarreta num valor mensal que está em torno de R\$ 100.000,00.

Tabela 3. Minaçu-Goiás – Feira do Apito: Comercialização dos Produtos Vendidos no Mês de Outubro de 2013.

Produtos	Quantidade Vendida	Valor (R\$)
Abóbora	60 (unid.)	142,00
Alface	275 (unid.)	329,00
Banana	202 (dúzias)	237,00
Coxinha	427 (unid.)	240,50
Galinha Caipira	95 (unid.)	2.700,00
Farinha de Mandioca	41 (Kg)	102,50
Pequi	193 litros)	965,00
Cheiro Verde	40 (mol)	80,00
Couve	35 (mol)	70,00
Doce em Conserva	10 (unid.)	60,00
Bolos Diversos	843 (pacotes)	1.959,00
Caldo de Cana	144 (copos)	216,00
Requeijão	156 (unid.)	1.556,00
Mandioca	50 (Kg)	100,00
Guariroba	10 (unid.)	100,00
Queijo	50 (unid.)	450,00
Ovos	30 (dúzias)	120,00
Milho Verde	15 (balaio)	950,00
Frutas	30 (unid.)	60,00
Legumes	75 (unid.)	150,00
Banana	44 (dúzias)	71,00
Pequi	50 (litros)	250,00
Milho Verde	10 (balaio)	500,00
Frutas	33 (Kg)	66,00
Legumes	70 (Kg)	140,00
Total:		11.614,00

Fonte: CAMPEAM – 2013. Organização: PORTILHO (2013).

Isso nos meses que possuem quatro semanas, podendo ser maior nos meses com maior período de duração. O interlocutor relata ainda que nos meses de Julho e Dezembro estes valores são superiores, podendo chegar a R\$ 35.000,00 por feira. De acordo com o mesmo, a explicação está na ampliação do número de consumidores. Com isso, o centro urbano de Minaçu recebe mais visitantes, o que aumenta o número de compradores da “Feira do Apito.”

A Tabela 3, reafirma ainda, a característica policultora da atividade produtiva dos camponeses-feirantes de Minaçu, há uma diversidade de mercadorias ofertadas na feira. O fato é que os camponeses transfigurados em feirantes se reproduzem enquanto classe social. Portanto, a “Feira do Apito” se configura como espacialidade de produção/reprodução das relações sociais camponesas não capitalistas. Ela representa o mecanismo de comercialização direta da produção,

estratégia que viabiliza a diminuição da exploração capitalista e a maior apropriação do resultado do trabalho na terra.

Isto porque como destaca Martins (1981), a sujeição da renda da terra ao capital implica na drenagem do trabalho familiar camponês desenvolvido na propriedade para o capital global. Como relata Vergés (2011), esta canalização se realiza por diversos caminhos, sendo um deles materializado na aquisição da mercadoria camponesa. Bem & Almeida (2011) defendem que contra este processo os camponeses utilizam estratégias para se reproduzirem no campo, em que dentre elas estão às vendas a domicílio e nas feiras livres, tal como a “Feira do Apito.”

OBSERVAÇÕES FINAIS

São quase 17hs de uma quarta-feira, a “Feira do Apito” vai começar. Desde às 14hs tudo estava voltado ao preparo, ao arranjo, a organização da Feira. As pessoas – consumidores – aproximam-se das bancas para estarem perto dos produtos desejados para o consumo. Tudo dentro das normas, nada se negocia, nenhuma relação de compra e venda pode ser estabelecida antes do soar do apito. Os fiscais se encarregam de vigiar e controlar as irregularidades, para depois relatarem aos coordenadores da Feira (CAMPEAM) e assim aplicarem as punições aos camponeses-feirantes. Mesmo com toda essa fiscalização, as reservas de produtos sempre acontecem por parte de alguns feirantes e consumidores, principalmente se entre ambos existir uma relação amigável, de confiança.

Duas horas depois do apito (19:00hs), a Feira vai chegando ao seu final. Os camponeses-feirantes de um modo geral começam a desmontar as bancas para o retorno ao lar. Alguns já o fizeram antes, pois seus produtos foram todos vendidos. Esse fazer e desfazer se repetirá nas próximas semanas. O ato do estar presente no fazer/acontecer da feira é simplesmente uma etapa de um processo de produção camponesa que por muitos de nós é desconhecida. Nessa forma de produção (caso dos camponeses-feirantes), o produtor participa de todas as etapas. Ele não só é o responsável pela produção/comercialização, como também pela distribuição, venda direta – negociador de seu produto – junto aos consumidores. Essa lógica o faz responsável pelo funcionamento e o movimento da Feira do Apito. Claro que também com a presença dos sujeitos consumidores, que em toda essa cadeia é o responsável pela manutenção, pela atividade final – parte essencial da configuração da Feira.

Toda essa observação nos faz perceber como a Feira do Apito, além da sua função comercial, se configura ainda como o lugar do encontro – entre amigos, familiares para como diz no ditado popular “jogar conversa fora” – do espontâneo, da diversidade cultural. Essa relação é fruto da territorialidade dos feirantes-camponeses e dos consumidores, que nas quartas-feiras produzem e reproduzem a paisagem da Feira. Conforme já observado no corpo do texto, a Feira do Apito possibilita a materialização do trabalho do camponês-feirante, uma vez, que neste espaço ele consegue negociar o excedente de sua produção, para com isso, suprir as suas necessidades, ou seja, aquisição de materiais, objetos etc., que não são produzidos por eles. Toda essa trama – desde a produção camponesa, até o

seu consumo na Feira do Apito – nos confere uma produção e reprodução geográfica, um exemplo da vida em constante movimento.

REFERÊNCIAS

BEM, Anderson; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A Reprodução Camponesa na Contramão da Formalidade do Capital. *Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia*, v. 6, nº. 11, fev/2011, p. 113-130.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. (tradução de Telma Costa). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 580 p.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 01, nº 01, fev./ 2010, 18 p.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, RJ: Fase, 1990. 90 p.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MORAES, Ione Rodrigues Diniz; ARAUJO, Marcos Antônio Alves de. Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da cidade de Caicó (RN). *Revista Caminhos de Geografia*, v. 23, s/n, fev/2006, p. 244 – 249.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO/ INSTITUTO MAURO BORGES. *Imóveis Rurais Cadastrados no INCRA, segundo os Municípios*. Goiânia: SEGPLAN/IMB, 2013. Disponível em: <http://www.semahrtemplate.go.gov.br> . Acesso em: 10 de out. 2013.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Revista Nera*, nº 07, jul./dez 2005, 21 p. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera . Acesso em: 15 Fev. 2013.

SILVA, Edson Batista da; QUEIROZ, Laeste Novaes. A (re) existência Camponesa: o aproveitamento dos frutos do Cerrado de Minaçu-Goiás. VI Simpósio

Internacional de Geografia Agrária-VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária 1ª Jornada de Geografia das Águas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 01-20.

VERGÉS, Armando Bartra. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

Contato com o autor: edson_bat_silva@hotmail.com

Recebido em: 25/02/2015

Aprovado em: 17/10/2015